

## HETEROGENEIDADE E ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA – ANALISANDO A CRÔNICA *SIGLAS*, DE LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Maria Eduarda Giering  
UNISINOS

Quando nos deparamos com certas crônicas de Luis Fernando Veríssimo que desafiam e desapontam aqueles que pretendem classificá-las como simples narrativas, como comentários, como descrições, ou, ainda, como textos argumentativos, verificamos que o problema da heterogeneidade da estrutura composicional dos gêneros trazido por Bakhtin ainda merece muita atenção.

Tentando dar conta da heterogeneidade desconcertante de algumas dessas crônicas, aplicávamos o modelo seqüencial de Jean-Michel Adam e/ou mobilizávamos conhecimentos pré-teóricos sobre tipologia textual, sem, contudo, alcançarmos respostas satisfatórias. Em nossa tese de doutorado, com o intuito de encontrar contribuições para a análise das crônicas, examinamos, além do modelo organizado por J.-M. Adam, o de A. J. Greimas e o de P. Charaudeau.

Em vista do espaço limitado deste artigo, no entanto, não trataremos das discussões oriundas do estudo dos três modelos citados. Dedicar-nos-emos apenas às questões postas por uma das crônicas de Veríssimo analisadas na tese, intitulada *Siglas* (anexo), e à exposição de partes da análise propriamente dita, deixando evidenciar através dela as respostas para as seguintes perguntas: (a) como explicar a heterogeneidade constitutiva das crônicas de L. F. Veríssimo? (b) as crônicas podem ser classificadas em tipos globais dominantes? (c) a estrutura global narrativa e a argumentativa podem conviver na crônica?

Antes da explanação da análise, duas considerações básicas são necessárias. A primeira diz respeito ao fato de que relacionamos a produção de L.F. Veríssimo ao gênero jornalístico, adotando o critério bakhtiniano de vincular o gênero a uma esfera da atividade humana.

A segunda é concernente à necessidade de apresentação de algumas noções que explicitam a base teórica sobre a qual se sustenta a análise que realizamos. Entre as várias noções apresentadas e discutidas em nossa tese, destacamos, resumidamente, as seguintes:

- Situação de comunicação: a situação de comunicação ou circunstância de discurso se caracteriza pelo conjunto de saberes partilhados entre os protagonistas da linguagem. Fazem parte da situação de comunicação o contexto lingüístico e o histórico-cultural que envolvem os parceiros da comunicação.

- Contexto semiótico: a circunstância de discurso remete-nos à hipótese de E. Lopes (1993, p. 57) de que cada discurso “inaugura a sua própria realidade e funda-a na mensagem como simulacro da outra, a exterior”. Dessa forma, postulamos, tal como faz E. Landowski (1992), a existência de uma competência semiótica pressuposta que constrói o mundo natural como universo significante.

- Estrutura semionarrativa: adotamos a hipótese greimasiana de que as estruturas semionarrativas, além da semântica e da sintaxe fundamental, comportam, ao nível da superfície, uma semântica e uma sintaxe narrativa. As estruturas semionarrativas manifestam-se como coerções gerais à organização discursiva na medida em que estabelecem articulações taxionômicas e sintáticas que regem e dão feição às formas

discursivas enunciadas. Assumimos, portanto, a idéia de uma narratividade generalizada como um dos princípios organizadores de qualquer discurso.

- Ato ilocutório do enunciador: consideramos o fim ilocutório como elemento organizador dos atos de fala inseridos no discurso e determinador de sua função pragmática global.

- Verificação: analisamos a crônica com o objetivo de explicitar as estruturas que sustentam o fazer persuasivo e interpretativo de destinador e do destinatário. É preciso identificar as estratégias discursivas, ou seja, os simulacros projetados pelo sujeito.

- Unidades textuais e discursivas: as unidades textuais, quando identificadas como operações discursivas, isto é, como investimentos de sentido para fins ilocutórios, são consideradas unidades discursivas, reconhecíveis e definíveis por modos particulares de enunciação discursiva. Os mecanismos de embreagem e de debreagem têm condições de produzir uma combinatória de unidades discursivas, as quais são arranjadas para produzir um todo de significação. Consideramos organizadoras do discurso as unidades narrativa, descritiva, de comentário e a dialogal, todas modos particulares de enunciação discursiva.

- Intentio operis: a idéia-chave da *intentio operis* (Eco, 1995) é a de que o leitor não procura as intenções de um autor empírico, mas as intenções do texto, ou a intenção de um autor-modelo que é capaz de reconhecer em termos de estratégia textual. A *intentio operis*, em outras palavras, consiste em reconhecer, no texto, uma estratégia semiótica. Na crônica, ao pesquisar a *intentio operis*, procuramos, em resumo, a partir das marcas lingüísticas e discursivas deixadas na manifestação linear do discurso, identificar as estruturas elementares que o comandam, assim como sua intenção ilocutória.

Com base no conjunto de dados teóricos que apresentamos na tese, adotamos, para análise das crônicas, uma abordagem semiolingüística, cujos passos principais são: (a) definição da situação de comunicação que situa o texto enquanto gênero; (b) identificação das marcas da superfície do texto, que revelam as categorias da língua dispostas em sistemas formais significantes; (c) identificação da estrutura semionarrativa; (d) identificação das unidades discursivas, que definem modos particulares de enunciação discursiva, através dos procedimentos de discursivização; (e) reconhecimento do fazer persuasivo do enunciador, identificando as modalidades que convoca com vistas a fazer aceitar, pelo enunciatário, o contrato enunciativo proposto.

## **A análise**

A crônica *Siglas* tem uma característica peculiar: vem marcada integralmente pelo discurso direto, como no teatro. Seria ela, em vista disso, classificada em termos globais, como um texto dialogal? Tratar-se-ia, nesse caso, de um texto homogêneo? Ou haveria lugar também em *Siglas*, para uma história contada (narração) ou para a defesa de um ponto-de-vista (argumentação)? Ou para descrições? Como classificá-la afinal?

A análise da crônica permite-nos identificar seu programa narrativo geral, o da busca pela definição ideológica do partido. Para concretizá-lo discursivamente, o enunciador reproduz, sob forma de simulacro, a estrutura da comunicação através da unidade discursiva do diálogo. Assim, por meio da operação de debreagem

enunciativa, um narrador implícito instala os actantes denominados “interlocutor” e “interlocutário”, preenchidos alternadamente pelo ator coletivo “partido” e pelo ator “membro do partido”, este último, em alguns momentos, caracterizando-se por sua individualidade e, em outros, por compor o coletivo — “a gente”. Entre os interlocutores, distinguem-se, enquanto actantes narrativos, o sujeito,  $S_1$ , e o anti-sujeito,  $S_2$ . O primeiro atua como sujeito manipulador para fazer com que  $S_2$  divulge sua conjunção à posição ideológica. O anti-sujeito, no entanto, ao executar o programa de uso, revela seu próprio programa. O afastamento de  $S_1$  figurativiza a sua derrota e, conseqüentemente, o fracasso do PN principal, já que a busca da definição ideológica é frustrada.

A derrota do programa narrativo do sujeito no interior da crônica aponta para o fim ilocutório do enunciador: revelar o oportunismo dos partidos políticos cujas siglas não têm qualquer relação com o posicionamento ideológico de seus integrantes. Através da fala dos atores que sustentam descaradamente a adesão a qualquer partido que lhes permita chegar ao poder, o enunciador “desvela” seu saber, situando-se numa posição de denunciador.

No contrato de veridicção firmado entre enunciador e enunciário, o recurso do humor irônico desempenha papel-chave. O “non-sense” das siglas formadas pelos integrantes do partido, o jogo de palavras (“estamos entre a centro-esquerda e a centro-direita”), as aparentes contradições (“Somos [a favor da reforma agrária], desde que não toquem na terra”) são atribuídas ao fazer persuasivo do enunciador que, ao produzir um efeito de estranhamento, chama a atenção do enunciário para a tese de que muitos partidos não têm qualquer preocupação em manter postura ideológica, de que seus discursos são vazios de sentido, pois apenas lhes interessa o acesso ao poder. Alia-se a esses procedimentos um outro, que também visa ao cômico, o artifício discursivo de fazer o ator “membro do partido” declarar, através da debreagem enunciativa interna, aquilo que muito dificilmente enunciaria em público numa situação não-ficcional qualquer: “...um partido faz pactos políticos por uma razão mais alta... a de chegar ao poder”. O enunciário, que compartilha com o enunciador o conhecimento da “mentira” que caracteriza o discurso oficial dos partidos, reconhece o desvelamento provocado, no discurso, pelo enunciador. Acontece dessa forma a adesão do enunciário à “verdade” do discurso do enunciador.

Para o “fazer parecer verdadeiro”, desempenha papel importante a unidade discursiva dialogal, estratégia pela qual optou o enunciador e que lhe permitiu a criação de um simulacro de conversação, no qual actantes instalados por uma debreagem enunciativa interna assumem diretamente, em sua instância enunciativa, a responsabilidade pela “verdade” de suas enunciações num tempo e num espaço diferentes do da enunciação. Produz-se, dessa forma, um efeito de sentido de realidade, fazendo parecer que o diálogo entre os interlocutores constitui uma “situação real”. As “verdades” assumidas pelos interlocutores nessa situação contribuem para a adesão do enunciário ao fazer-parecer-verdadeiro do enunciador.

A unidade discursiva dialogal se evidencia pela presença das unidades que compõem a organização estrutural das conversações: a seqüência, a troca, a intervenção, o ato de fala.

Constatamos que blocos de trocas ligados semântica e pragmaticamente definem as seqüências. A de abertura (1ª troca) situa o cenário no qual a interação se dará, apresentando o contexto “formação de sigla partidária”. Esse início não segue,

portanto, uma fórmula ritualizada, como ocorre com a seqüência de fechamento, que traz a expressão de despedida “tchau”, a partir da qual a conversação se encerra. Entre as seqüências liminares, situa-se o corpo da interação, composto de trocas extensas que comportam duas ou mais intervenções.

Os sessenta turnos de fala contabilizados no todo da interação organizam trocas construídas por dois ou mais participantes, as chamadas trocas extensas e as trocas de pares adjacentes. Constatamos que elas apresentam em geral a fórmula questão-resposta-avaliação (intervenção de iniciativa + intervenção reativa + intervenção avaliativa), embora, muitas vezes, a avaliação não seja realizada pelo mesmo interlocutor da intervenção da troca de iniciativa, como ditam os modelos (Roulet, 1981; Moeschler, 1985; Kerbrat-Oricchioni, 1986).

Salientamos que, na alternância das intervenções, variam os interlocutores sucessores, ocorrendo que a terceira ou a quarta intervenção de uma mesma troca é realizada por interlocutores diferentes, não se dando um retorno, para uma intervenção de avaliação, ao interlocutor que iniciou a troca. Com isso, produz-se o efeito de uma conversação em que vários interlocutores interagem em ação conjunta, um complementando a fala do outro para concordar, discordar, avaliar ou para questionar a fala do outro e, assim, receber maiores informações. Constrói-se, dessa forma, o ator coletivo “o partido”.

Analisando a organização estrutural da interação, verificamos que as intervenções de iniciativa das principais unidades conversacionais são realizadas pelo ator individual. É ele quem inicia a seqüência na qual ocorre a idéia de propor a definição da posição ideológica do grupo e é dele também a iniciativa de fechamento da conversação. Esses são indicadores de que o sujeito individual situa-se numa posição mais alta do que o sujeito coletivo. Lembremos que, no nível da narrativa, o programa de  $S_1$  acabou se frustrando, vencendo o programa do anti-sujeito. No nível discursivo, porém, o fato de o interlocutor que representa o ator individual tomar a iniciativa de fechamento serve ao propósito ilocutório do enunciador de denunciar os valores aos quais está conjunto o ator coletivo, que ocupa posição inferior relativamente ao ator individual. Este, diante da ausência do pré-requisito para sua conjunção ao partido, decide por sua disjunção.

Se a crônica apresenta uma organização dialogal indiscutível, mostra igualmente uma organização narrativa de superfície que pode ser verificada a partir do esquema quinário seguinte:

Estado inicial	Força transformadora	Dinâmica de ação	Força equilibrante	Estado final
Os membros procuram compor siglas para o partido.	As siglas formadas são esdrúxulas.	Proposta da definição ideológica do grupo para compor siglas representativas	Revela-se a ausência de uma convicção ideológica e a defesa do oportunismo político. Um	Um dos membros, abre uma dissidência.

dos membros  
defende a  
mudança do  
grupo de  
republicano  
para  
monarquista,  
em vista da  
conjunção  
com uma sigla.

Verificamos, pela série de contribuições dos membros do grupo, que são arroladas propriedades que deveriam definir ou descrever sua posição. Entretanto, o enunciário constata, a cada fala, convocando seus conhecimentos enciclopédicos e confrontando suas expectativas com aquilo que é descrito, que o que se definem não são princípios que delineiam um programa a ser respeitado, mas idéias e ações que manifestam a posição anti-ética resumida pela palavra “oportunismo”.

Discursivamente, no terceiro segmento da crônica, ocorre, portanto, uma descrição, a qual figurativiza a competência de  $S_2$  (querer-poder-saber-fazer) para a performance da conjunção com qualquer sigla que lhe possibilite alcançar o poder.

Tese	Tomada de posição favorável à tese	Desenvolvimento de quadro que justifica a tese	Conclusão ou reafirmação da tese
Partidos políticos cujo único objetivo é a chegada ao poder vinculam-se a siglas quaisquer, sem nenhuma relação com convicções ideológicas.	O ator individual, após ter proposto a definição da posição ideológica do partido e de obter como resposta a defesa do oportunismo político, desvincula-se do grupo.	Membros do partido definem seu posicionamento ideológico, que se identifica com o oportunismo político, e se entretêm compondo siglas de sonoridades extravagantes e vazias de sentido.	Um membro do partido, representando o coletivo, defende a mudança do posicionamento ideológico — de republicanos para monarquistas — a fim de viabilizar a conjugação a uma sigla.

Esquema do dispositivo argumentativo.

Seguindo a classificação seqüencial de J.-M. Adam ao nível da textualidade, a crônica seria um texto dialogal. Porém, pergunta-se: (a) a consideração exclusiva das categorias da organização dialogal dá conta do fim ilocutório do discurso ou das estratégias adotadas pelo enunciador para fazer crer o enunciário na verdade de sua crença? (b) como classificar um texto no qual a estrutura dialogal se explica como

estratégia discursiva do enunciador para produzir efeito de sentido de realidade? (c) ou ainda, como classificar um texto no qual percebemos, além da estrutura narrativa subjacente, uma organização argumentativa que também orienta escolhas no nível discursivo?

A nosso ver, *Siglas* é um discurso narrativo na medida em que encerra uma estrutura polêmica na qual se encontram dois sujeitos, com programas e percursos narrativos próprios. A unidade dialogal caracteriza um procedimento de discursivização definido como o emprego da operação de debreagem enunciativa actorial, espacial e temporal, ligado ao esquema narrativo pelo sincretismo que os interlocutores contraem com os actantes da narração. Ela é um fenômeno da superfície e, nesta crônica, cobre os programas narrativos da estrutura polêmica. Portanto, a unidade dialogal não define o discurso, e sim, caracteriza o procedimento que visa a produzir um efeito de sentido de “real”. Serve também ao enunciador, em seu fazer persuasivo, mostrar-se distanciado daquilo que acontece na enunciação enunciada.

Em *Siglas*, ao mesmo tempo em que detectamos a estrutura narrativa que nos permite, por exemplo, detectar um programa narrativo geral, verificamos uma estrutura argumentativa, esta considerada sob a ótica do fazer manipulatório do enunciador, que organiza procedimentos destinados a afetar o enunciatário, a fim de que este emita seu juízo epistêmico de crer-verdadeiro. A crença do enunciador caracteriza a tese, à qual ele se mostra favorável no momento em que se identifica com o ator individual que abandona a cena por discordar da orientação do partido. Como toda argumentação implica um mecanismo que se fixa em estabelecer provas que justificam a tese, o enunciador providencia uma seqüência interlocutiva em que membros do partido, coagidos, declaram seus princípios, que são reafirmados quando um dos membros sugere a mudança do grupo de republicanos para monarquistas em vista da conjunção a uma sigla.

O enunciatário chega ao fim ilocutório da crônica através do conjunto dos procedimentos em jogo na sua organização. Se a estrutura narrativa mostra a relação dos sujeitos com os objetos de valor, no nível discursivo, unidades narrativas, dialogais, descritivas se organizam para, figurativamente, formar um todo significante que visa a fazer-saber, ou seja, a denunciar um saber que o enunciador possui e que desvela ao enunciatário. Assim, além da estrutura narrativa que comporta a forma de organização do discurso, constatamos, no nível discursivo, a organização argumentativa, que registra a movimentação do enunciador em seu fazer persuasivo.

A transformação que verificamos —  $S_1$  inicialmente conjunto do grupo para, no final, estar disjunto dele — indica que o fato de o programa narrativo de  $S_1$  ter sido derrotado não o leva a incorporar-se ao grupo que busca uma conjunção com um objeto de valor diferente do seu. Os programas narrativos são opostos e inconciliáveis. A derrota de  $S_1$  significa que ele nada pode fazer para modificar as concepções de  $S_2$ . A única alternativa, para conservar-se fiel à busca da conjunção ao seu objeto de valor é afastar-se do grupo. A valorização do programa de  $S_1$  se dá no nível discursivo, quando o narrador dá a ele a tomada de iniciativa de encerrar a conversação figurativa, anunciando sua dissidência. Ocorre, nesse momento, a valorização do “decoro”, da coerência entre idéias e atitudes. A estrutura polêmica assinala que o indecoro existe e predomina. Resta denunciá-lo.

Verificamos, portanto, que narrativo e argumentativo mobilizam os procedimentos discursivos e lingüísticos da crônica, compondo sua heterogeneidade. Não é possível reduzi-la a uma simples unidade discursiva ou dizer que uma domina a outra.

## **Conclusões**

Confirmamos, em nossa análise, a advertência do lingüista alemão H. Isenberg (1987) de que uma única tipologia não é suficiente para compreender todas as propriedades tipologicamente relevantes dos textos. A crônica analisada não é monotípica, já que acusamos a presença concomitante das estruturas narrativa e argumentativa. Além disso, não é possível, com base em critérios precisos, definir a dominância de uma estrutura sobre a outra.

Dizer que a crônica é narrativo-argumentativa não garante, entretanto, a explicitação das várias unidades discursivas mobilizadas para sua organização. É preciso acompanhar, a partir da dupla estruturação global, os procedimentos dispostos para que o texto seja considerado coerente pelo leitor em dada situação de comunicação. Encaminhamo-nos, assim, para incorporar o postulado de H. Isenberg que indica a classificação complexa dos textos, incluindo várias tipologias.

Parece claro, no texto estudado, entretanto, que as unidades discursivas desempenham papel no interior dos dispositivos globais, numa combinação que varia conforme os simulacros construídos para que se cumpra o contrato de comunicação. Também parece evidente, em vista de as unidades discursivas, muitas vezes, se enredarem umas nas outras visando à composição de um todo, a inviabilidade de uma classificação seqüencial como a idealizada por J.-M. Adam.

Constatamos que as organizações narrativa e argumentativa não advêm da predominância de unidades discursivas no interior da crônica, mas de uma organização geral que assinala transformações. Trata-se de transformações resultantes das operações de conjunção e disjunção entre sujeitos e objetos de valor, que são representadas, no plano lógico-semântico, pela passagem de um termo a outro no quadrado semiótico; e de transformações que a organização argumentativa busca operar sobre o leitor-modelo.

Poderíamos, assim, confirmar a existência de uma “narratividade generalizada”, como postula A.J. Greimas para os discursos em geral, isto é, de um percurso que leva de um estado inicial a um estado final, ocorrendo entre eles transformações. Se, porém, a narratividade é válida para todos os discursos, não é critério pertinente para dar conta do problema das tipologias nem da heterogeneidade discursiva das crônicas. Seu mérito está em oferecer resposta para a questão bakhtiniana de que “todos os enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo” (1992, p. 301). Ao se organizarem tanto narrativa quanto argumentativamente, as crônicas preenchem o esquema padrão.

Para explicar a heterogeneidade, na verdade, é preciso, mais do que identificar a forma padrão de estruturação do todo, considerar os textos como produto de um conjunto de estratégias resultantes da presença constante do par enunciador e enunciatário e da relação contratual entre eles. As crônicas analisadas na tese mobilizam diferentes unidades discursivas conforme o efeito de sentido de “verdade” construído pelo enunciador em sua relação contratual com o enunciatário. Assim, para

a classificação complexa dos textos, cremos seja necessário considerar as mobilizações lingüísticas e discursivas realizadas pelo enunciador para que a referencialização, processo que gera a ilusão referencial ou o efeito de sentido de “realidade” e de “verdade”, se concretize. As unidades discursivas, que obedecem a normas de organização, estão presentes ou ausentes, contribuindo para a organização geral, conforme o contrato fiduciário estabelecido entre enunciador e enunciatário.

Fundamentalmente, os resultados de nossa tese confirmam a idéia de que a veridicção é a função enunciativa primordial do discurso. A heterogeneidade constitutiva dos textos é fruto, especialmente, do fazer-parecer-verdadeiro do enunciador, instituído na relação contratual com o enunciatário. Conforme o jogo de imagens que o enunciador constrói de si mesmo e do enunciatário, e de acordo com o fim ilocutório pretendido, organiza-se o fazer persuasivo do enunciador. Conseqüentemente, relaciona-se a heterogeneidade à idéia da manipulação, a qual, postula H. Parret (1988), é característica de qualquer comunicação.

### Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ECO, U. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ISENBERG, H. Cuestiones fundamentales de tipología textual. In: BERNÁRDEZ, E. (Comp.). *Lingüística del texto*. Madrid: Arco, 1987. p.95-129.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La enunciación: de la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Hachette, 1986.
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida*. São Paulo: EDUC, Pontes, 1992.
- LOPES, E. *A palavra e os dias: ensaios sobre a teoria e a prática da literatura*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora da Universidade de Campinas, 1993.
- MOESCHLER, J. *Argumentation et conversation*. Paris: Hatier-Credif, 1985.
- PARRET, H. *Enunciación e pragmática*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- ROULET, E. Échanges, interventions et actes de langage dans la structure de la conversation. *Études de Linguistique Appliquée*, Paris: Didier, n. 44, p. 7-39, déc. 1981.
- VERISSIMO, L.F. *Zoeira*. Porto Alegre: L&PM, 1987.